

Cahora-Bassa

## Estado moçambicano anula decisão ilegal de aumento salarial

O Estado moçambicano anulou recentemente uma decisão tomada unilateralmente pelos gestores portugueses da empresa Hidroeléctrica Cahora-Bassa, segundo a qual aumentavam em 20 por cento os salários dos trabalhadores moçambicanos na empresa.

Esta decisão foi anunciada recentemente pelo Secretário do Comité de Contrôlo do Partido, Tenente-General Armando Emilio Guebuza, no decorrer de uma reunião que se realizou no Songo, Província de Tete, local onde se situa a HCB.

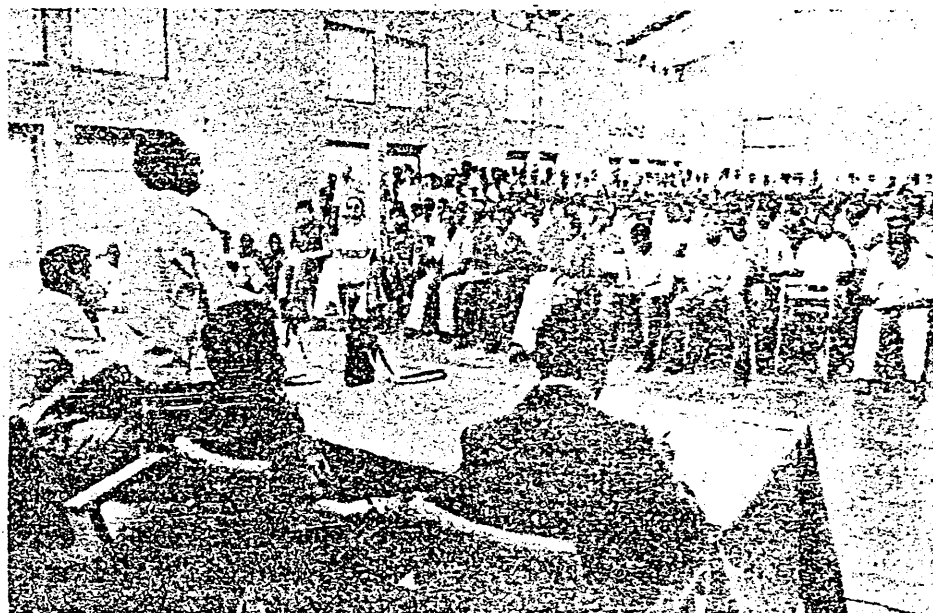
Segundo diria Armando Guebuza, o referido aumento salarial contraria frontalmente o espírito e a letra da Lei n.º 4/80, sendo por isso recusada pelo Ministério do Trabalho.

Naquilo que foi classificado como «um atentado contra a nossa soberania» os gestores portugueses de Cahora-Bassa, numericamente superiores no respectivo Conselho de Administração, haviam-se reunido recentemente em Lisboa onde tomaram a decisão unilateral de aumentar os salários aos trabalhadores moçambicanos

na empresa: «Dantes alguns diziam que éramos crianças adultas, naturalmente indolentes, preguiçosos. Mas nós não somos crianças, nem preguiçosos. Somos nós que decidimos sobre a nossa vida, sobre o nosso destino. Foi para isso que pegámos em armas e vencemos o colonialismo.» — diria o Tenente-General Armando Guebuza na reunião em que estiveram também presentes o Ministro da Indústria e Energia, António Branco, o Primeiro Secretário do Partido e Governador da Província de Tete, João Baptista Cosme, trabalhadores e representantes das estruturas políticas e administrativas da HCB. «Não aceitamos que decisões sobre Moçambique sejam tomadas fora de Moçambique.»

De referir que os administradores moçambicanos na empresa ao tomarem conhecimento do aumento salarial que a parte portuguesa se propunha introduzir chamaram a atenção para o facto deste ser ilegal, tendo comunicado o caso às autoridades moçambicanas. Não obstante, os administradores portugueses decidiram mantê-la e anunciaram-na aos trabalhadores.

No final da reunião o administrador pela parte portuguesa, Antunes da Silva, manifestou a sua satisfação pela oportunidade que tivera de dialogar com as autori-



O Secretário do Comité de Contrôlo do Partido, Tenente-General Armando Emilio Guebuza, falando aos trabalhadores da HCB no encontro em que foi anunciada a decisão de anular o aumento salarial decidido unilateralmente pelos gestores portugueses

dades moçambicanas sobre este assunto.

**«Todos os trabalhadores moçambicanos devem assumir aqui a tarefa que a FRELIMO traçou para Cahora-Bassa — a de se tornar num instrumento de paz, de progresso e de libertação»** — diria ainda o Secretário do Comité de Contrôlo do Partido, acrescentan-

do no final da sua alocução que mesmo os trabalhadores estrangeiros (na maioria portugueses) deveriam também assumir essa tarefa, contribuindo assim para o fortalecimento das relações de amizade e solidariedade entre o Povo moçambicano e o Povo português.

□